

Cooperativas exigem acesso aos apoios do COMPETE como as associações e as empresas

Págs. 6-7



INIAV: “Estamos muito mais preparados para apoiar a agricultura e a floresta do que há 10 anos”

Págs. 4-5



Orçamento do Estado 2026 “não garante” os 300 milhões de euros previstos anualmente para a floresta

Pág. 3

Companhia das Lezírias quer duplicar exportações, “com destaque para o Brasil”

Pág. 7

Dessalinizadora de Sines vai custar 120 milhões e arranca em 2027

Pág. 8

NUNO SERRA, SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, TAMBÉM ADVERTE PARA A DISPARIDADE FISCAL FACE A ESPANHA

Cooperativas exigem acesso aos apoios do COMPETE como as associações e as empresas

A FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, designou 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas. Para assinalar a efeméride, a CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal e o Grupo Crédito Agrícola realizou, a 30 e 31 de outubro, o Congresso Internacional do Cooperativismo. Em entrevista à “Vida Económica”, o secretário-geral da CONFAGRI, traça um balanço “muito positivo” e constata aquilo que todos, Governo e entidades públicas e privadas, já perceberam: “Em especial nos territórios de baixa densidade, as cooperativas são o maior empregador e um fator decisivo para o desenvolvimento da economia local”.

No rescaldo do evento que reuniu em Lisboa centenas de dirigentes cooperativos, académicos e governantes, Nuno Serra reiterou uma ideia central deixada no congresso: as cooperativas exigem “poder candidatar-se a programas de apoios à economia”, como o COMPETE – Programa de Inovação e Transição Digital do Portugal 2030, a exemplo do que sucede com as associações e as empresas.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica – Que balanço faz dos dois dias do congresso internacional do cooperativismo? Que grandes ideias saem deste evento?

Nuno Serra – Um balanço muito positivo. O cooperativismo é um modelo de sucesso por toda a Europa, em especial no que diz respeito ao setor agroalimentar. Portugal tem avançado timidamente neste caminho o que, a nosso ver, tem limitado o desenvolvimento económico de certas regiões. Este congresso mostrou, claramente, que, quer o Governo, quer as entidades públicas e privadas que participaram nesta reflexão, foram unânimes em reconhecer a necessidade de fortalecermos, através de políticas públicas adequadas, o cooperativismo em Portugal. Só seremos mais fortes e competitivos se investirmos

em modelos cooperativos que são, nos dias de hoje, uma prática de sucesso noutras geografias europeias.

VE – A FAO declarou 2025 o Ano Internacional das Cooperativas. Que papel assumem as cooperativas agrícolas em Portugal nos dias de hoje?

NS – As cooperativas agrícolas assumem um papel fundamental no desenvolvimento da economia rural e na coesão territorial. Basta percorrer o país para verificar que, em muitas regiões, em especial nos territórios de baixa densidade, as cooperativas são o maior empregador e um fator decisivo para o desenvolvimento da economia local. Note-se que em zonas recônditas, onde o Estado já deixou de investir, as cooperativas continuam a operar. E continuam a ser a razão de fixação de população nessas regiões, garantindo, com a sua natureza social, uma verdadeira coesão territorial. De igual modo, nas



Idalino Leão, presidente da CONFAGRI (à esquerda), à conversa com vários convidados, entre eles o presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, Armindo Monteiro (à direita).

zonas urbanas, as cooperativas estão a conquistar espaço e ser uma das poucas formas de agregar oferta, criar escala e garantir mais rendimento aos agricultores, assegurando competitividade ao setor agroalimentar.

VE – Que aspetos é necessário melhorar para que ganhem mais



Nuno Serra, secretário-geral da CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal.

músculo financeiro e relevância social e económica?

NS – Ainda existe um longo caminho a percorrer para que estas organizações cooperativas se desenvolvam mais ao nível social e económico. É fundamental que passe a ser permitido, às cooperativas, candidatarem-se a programas de apoios à economia, por exemplo ao COMPETE [Programa de Inovação e Transição Digital do Portugal 2030], como acontece com outras associações ou empresas.

VE – O primeiro-ministro, Luís Montenegro, anunciou no con-

gresso que o Governo está a preparar medidas concretas de capacitação e apoio às cooperativas agrícolas, a implementar ao longo da legislatura. O que é que está a ser trabalhado, sobretudo ao nível da capacitação técnica, capacitação produtiva e aumento de escala?

NS – A CONFAGRI começou por fazer alguma avaliação/comparação de como evoluíram os modelos cooperativos agrícolas nos vários Estados-membros da União Europeia. E rapidamente chegou à conclusão que, em variadíssimos países e bastante competitivos no setor agroalimentar, existiam programas públicos, revistos de vários em vários anos, para capacitar o setor cooperativo. Dessa forma, acreditando que o Governo português podia implementar um modelo idêntico, cumprimos o nosso papel. E apresentámos, em 2023, ao Governo de então e, em 2024, ao atual ministro da Agricultura, um estudo devidamente fundamentado e realizado por uma entidade de referência, com uma proposta de capacitação institucional das cooperativas agrícolas. Esse estudo é a base do trabalho que está a ser realizado pelo atual Governo para criar um conjunto de medidas concretas, que permitirão ao setor cooperativo agrícola, por certo, ganhar mais competitividade e robustez.

VE – É desta que se avança para um programa estrutural de apoio às cooperativas? Está definido algum calendário?

NS – Foi afirmado pelo primeiro-ministro e pelo presidente do GPP [Gabinete de Políticas e Planeamento do Ministério da Agricultura, Eduardo Diniz], perante uma plateia de centenas de pessoas, que isso iria acontecer. Como tal, não temos nenhuma razão para duvidar que esse programa vai avançar.

VE – O presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, apelou no congresso a que o Governo comece a “cooperar mais com os agricultores portugueses, pois o excesso de burocracia, as taxas onerosas, os custos associados à energia e combustíveis estão a asfixiar o setor” Quais são os principais entraves à atividade das cooperativas?

NS – O que o presidente da CONFAGRI afirmou são pontos que têm de ser urgentemente revistos pelo Governo e que são um obstáculo para todo o setor agroalimentar e, por conseguinte, também para as cooperativas. Todos temos a consciência que a nossa vizinha Espanha é um dos nossos principais concorrentes e que tem menos taxas e custos associados à energia e aos combustíveis. Isso traduz-se, claramente, numa vantagem competitiva para os espanhóis quando disputamos mercado. A CONFAGRI tem feito, ao longo dos anos, várias propostas em sede de Orçamento de Estado para a mitigação desta diferença de custos. Mas, infelizmente, não têm tido aceitação, perpetuando os

“**As cooperativas agrícolas assumem um papel fundamental no desenvolvimento da economia rural e na coesão territorial. Basta percorrer o país para verificar que, em muitas regiões, em especial nos territórios de baixa densidade, as cooperativas são o maior empregador**”

agricultores nacionais a uma realidade excessiva de carga de custos na produção que, no final de contas, se resumem a menos rendimento para as famílias do setor.

VE – E agora? Terminado o congresso, que prioridades definiram para os próximos tempos? O que é que é mais premente?

NS – Neste momento, e a curto prazo, temos a discussão do Orçamento do Estado para 2026, onde é necessário haver uma atenção especial para o setor e, em particular, para as cooperativas do agroalimentar. Não esquecendo, também, a questão da água. Contudo, o grande foco a médio/longo prazo será a discussão da nova Política Agrícola Comum [2028-2034], porque, independentemente do desfecho das negociações, esta irá impactar o futuro do setor. E precisamos de canalizar as nossas atenções para este novo quadro financeiro.



Centenas de dirigentes cooperativos, académicos e governantes assistiram ao Congresso Internacional do Cooperativismo, no Centro de Congressos de Lisboa.